

Ano XXIV nº 6346 – 19 de maio de 2021

A pedido de bancários da Caixa, Dieese faz levantamento e mostra que banco teve lucro nos últimos 18 anos

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) concluiu um levantamento que mostra que a Caixa Econômica Federal vem registrando lucro em todos os anos, desde 2003. O estudo, produzido a pedido da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae), detalha os resultados do banco público ao longo de quase duas décadas. Em valores atualizados, a empresa contabilizou um lucro líquido acumulado de R\$ 39,7 bilhões durante o Governo Lula (2003 a 2010), de R\$ 51 bilhões no Governo Dilma (2011 a 2016) e de R\$ 25,4 bilhões no Governo Temer (2017 e 2018).

Em 2019 e 2020, o lucro acumulado foi de R\$ 35,1 bilhões. Este montante, contudo, inclui valores decorrentes da venda de ativos da estatal. “O resultado de 2019, por exemplo, foi fortemente influenciado pela venda de Notas do Tesouro Nacional (NTN-B) e de ações da Petrobras”, explica Sérgio Lisboa, economista do Dieese. “Do lucro de R\$ 22 bilhões (em 2019), aproximadamente R\$ 15 bi são referentes à venda de ativos que a Caixa tinha, a exemplo de ações da Petrobras, do IRB [Instituto de Resseguros do Brasil] e do Banco Pan, entre outras”, acrescenta. De acordo com o economista, dos R\$ 13,1 bilhões de lucro líquido registrados pelo banco ano passado, R\$ 5,9 bilhões foram resultado de recursos oriundos da Caixa Seguridade. “Em razão de acordos operacionais que ocasionaram a renovação e formalização de novos contratos”, detalha Lisboa.

O diretor de Formação da Fenae, Jair Ferreira, emenda: “Não foi a atividade bancária que gerou os resultados em 2019 e 2020”. Na última semana, Bolsonaro disse, em agenda pública e acompanhado pelo Presidente do banco, Pedro Guimarães, que “a Caixa, com o ladrão de nove dedos, dava prejuízo. Agora, em nosso Governo, traz mais do que lucros, traz benefícios ao povo brasileiro”. Conforme observa Jair Ferreira, o lucro contabilizado pela estatal nos dois primeiros anos do atual Governo é resultado não só da venda de ativos como também da redução do papel social da Caixa. “Não mostra que a empresa está se expandindo e gerando empregos; mas, sim, que está se desfazendo de ativos fundamentais”, ressalta. Ferreira pontua que, a exemplo do que ocorreu com o BB Seguridade [braço de seguros do Banco do Brasil], em um primeiro momento o lucro é inflado pela venda dos ativos. “Mas, nos anos seguintes, o resultado cai substancialmente por conta da ausência dos resultados produzidos por tais ativos”, explica.

O Presidente da Fenae, Sérgio Takemoto, destaca que a Caixa vem sendo claramente enfraquecida na gestão Bolsonaro. Além da venda de ações da Caixa Seguridade no final do último mês de abril, o Governo prevê a privatização de outros braços estratégicas e rentáveis da estatal. Além da Seguridade e do futuro Banco Digital, a direção da Caixa Econômica atua para a venda de outros segmentos estratégicos e rentáveis do banco, como as áreas de Cartões, Gestão de Recursos e até as Loterias Federais. “Estão entregando para o mercado um patrimônio que deveria ser mantido nas mãos do país, dos brasileiros, em benefício principalmente à população mais carente, que sempre teve a Caixa como o banco da habitação, da infraestrutura, da saúde, do crédito popular e do financiamento estudantil”, acrescenta Takemoto.

Contraf-CUT reivindica ampliação de prazo para que gerentes gerais de Rede apresentem CPA-20

A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) enviou um ofício à vice-presidência Rede de Varejo (Vired) para reivindicar a ampliação do prazo para que os gerentes gerais de Rede apresentem certificação CPA-20. O assunto também foi tratado na reunião da mesa permanente ocorrida em 11 de maio.

As entidades representativas dos empregados receberam relatos sobre uma atualização do MN RH 142, que informa que, a partir de 1º de julho, a certificação exigida para o exercício da função de gerente geral de Rede deixa de ser a CPA-10 e passa a ser a CPA-20. A exigência estende-se aos substitutos eventuais, conforme previsto no MN RH 184, item 3.7.1.

“O agendamento da Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) está suspenso por causa da pandemia e só poderá ser feito a partir de 15 de junho, o que deixa um curto espaço para a certificação podendo prejudicar os trabalhadores”, explicou Fabiana Uehara Proscholdt, secretária da Cultura da Contraf-CUT e coordenadora da Comissão Executiva dos Empregados (CEE/ Caixa).